

MINUTA

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MATO GROSSO DO SUL
Rua Desembargador Leão Neto do Carmo, 23 - Bairro Parque dos Poderes - CEP 79037-500 - Campo Grande - MS

MINUTA DE TERMO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO

*** MINUTA DE DOCUMENTO**

Anexo II - Contrato de prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva em elevadores, que entre si celebram a União, por intermédio do Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul e a empresa xxxxx

Pelo presente instrumento a **União**, por intermédio do **Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul**, com sede na Rua Desembargador Leão Neto do Carmo, 23, Parque dos Poderes - Campo Grande - MS, inscrito no CNPJ/MF sob n. 03.883.929/0001-02, representado neste ato por seu Diretor-Geral, **Hardy Waldschmidt**, brasileiro, servidor público federal, casado, portador da C.I n. 209.177 SSP/MS e do CPF n. 352.902.001-00, residente em Campo Grande-MS, residente em Campo Grande-MS, doravante denominado Contratante, e a **empresa xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx**, inscrita no CNPJ sob n. xxxxxxxx, estabelecida na xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, Bairro xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, CEP xxxxxxxxxxxx, na cidade de xxxxxxxx/xxx, telefone: (xx) xxxx-xxxx, e-mail: xxxx@xxxxxxxxxx, representada neste ato por xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, portador da CI RG xxxxx SSP/RS e CPF xxx.xxx.xxx-xx, doravante denominada Contratada, resolvem celebrar o presente Contrato, vinculando-se ao Edital de Pregão n. xx/2021 - Processo SEI 0003448-63.2021.6.12.8000 e proposta do contratado, regendo-se pela legislação vigente e principalmente pelas disposições da Lei nº 10.520/2002, Decreto nº 10.024/2019, Resolução TSE nº 23.234/2010, Resolução TRE/MS nº 665/2019 e subsidiariamente a Instrução Normativa n.º 05/2017 - SLTI/MOPG e a Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, com suas alterações posteriores, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente contrato tem por objeto a prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva em plataformas elevatórias, incluindo o fornecimento de peças de reposição, componentes e acessórios, em elevadores de passageiro e carga instalados no prédio do Fórum Eleitoral de Campo Grande e em elevador de passageiros instalado no Cartório Eleitoral de Três Lagoas.

1.2. Fazem parte integrante do presente Contrato, independente de transcrição, não podendo a contratada alegar desconhecimento, os seguintes documentos:

1.2.1. Termo de Referência (ANEXO I);

1.2.2. Edital do Pregão n. xx/2021 e seus anexos.

1.2.3 Todos os elementos que formam a Proposta da Contratada, desde que não conflitem com nenhum dos documentos anteriores, nem com este instrumento contratual.

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS ELEMENTOS CARACTERÍSTICOS DA EXECUÇÃO DO OBJETO

2.1. Os serviços contratados, compreendem: 1) manutenção preventiva; 2) manutenção corretiva, com fornecimento de peças de reposição, componentes e acessórios, nos elevadores abaixo descritos e demais atividades necessárias à perfeita execução dos serviços.

GRUPO 01: Formado pelos itens 01 e 02 - Elevadores alocados no Fórum Eleitoral de Campo Grande/MS:

Item	Objeto/equipamento
01	Fórum Eleitoral de Campo Grande: a) Elevador de Passageiro (Social): *Modelo Smart MRL: <ul style="list-style-type: none">- nº de série 14221- sem casa de maquina- Número de paradas – 4 (Térreo, 1a, 2a e 3a);- Entrada – única- Capacidade – 630 Kg (8 passageiros)- Velocidade: 1 m/s- Tensão – Iluminação 110 V – Motriz 220 V – Frequência 60 Hertz;- Maquina de Tração – com engrenagem localizada dentro do passadiço;- Controle – Estacionamento automático em pavimento pré-selecionado;- Ano de fabricação: 2005

Item	Objeto/equipamento
	Fórum Eleitoral de Campo Grande: b) Elevador de Carga: <ul style="list-style-type: none">- Número de série 14221- Capacidade de carga de 600Kg;- Porta de pavimento em aço inox tipo guilhotina (1 aba);

02	<ul style="list-style-type: none"> - Sem porta de cabine; - Numero de paradas 2 (térreo e 1o pavimento); - Sistema elétrico de 220 Volts (trifásico) 60 Hertz; - Freio de Segurança; - Motor de 2,0 CV; - Ano de Fabricação: 2005 - Equipamento fabricado sob encomenda, não possui modelo
----	---

Item	Objeto/equipamento
03	<p>Fórum Eleitoral de Três Lagoas: Elevador de Passageiro (Social) *Modelo Schindler 3300:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Número de paradas/entradas – 2; - Denominação dos pavimentos – 0,1; - Capacidade – 525 Kg (7 passageiros) - Velocidade: 1 m/s - Percurso: 3,35m - Painel de comando em vidro, comando de botoeira com 0 a 9 dígitos e identificação em Braille, sistema de cancelamento de chamadas falsas, digital voice, espelho inestilhaçável, sistema de resgate automático, intercomunicador, limitar de carga, ventilador, despacho para carro lotado, acionamento por motor de corrente, sistemas eletrônicos de comando e controle, motor trifásico 220V, 60 Hz, sistema de operação de chamadas automático coletivo, botoeira de pavimento <i>Push buttons</i>, portas de pavimento de correr, telescopias automáticas, de duas folhas com abertura lateral, batentes para as portas de pavimentos, sinalização nos pavimentos. - Ano de fabricação: 2009

2.3. A descrição detalhada dos serviços é a constante no CAPÍTULO V - DAS ROTINAS DE MANUTENÇÃO do Termo de Referência.

CLÁUSULA TERCEIRA – REGIME DE EXECUÇÃO

3.1. O objeto deste contrato será executado através de execução indireta, sob o regime de empreitada por preço global.

CLÁUSULA QUARTA – DOS PRAZOS CONTRATUAIS

4.1. O período de vigência deste contrato é de 12 (doze) meses, iniciando-se em 07/10/2021 ou contados da última assinatura eletrônica, no caso desta ocorrer em data posterior, podendo ser prorrogado nos termos da Lei n. 8.666/93.

4.2. As rotinas de manutenções preventivas relacionadas a seguir são apenas uma referência para execução dos serviços, devendo a CONTRATADA, no prazo de 30 (trinta) dias corridos, a contar do início da execução dos serviços, providenciar todas as demais ações que forem necessárias para manter o efetivo funcionamento dos equipamentos ou para otimizar os processos, seguindo as recomendações dos fabricantes.

4.3. Quanto à manutenção corretiva:

a) Havendo usuários presos no equipamento ou em decorrência de sua utilização ou risco à incolumidade das pessoas, em até 1h, em dias úteis, a contar do acionamento por parte do Tribunal, e em 1h30 nos fins de semana ou feriados, devendo a contratada disponibilizar contato de urgência para esses casos.

b) Não havendo usuários presos no equipamento ou em decorrência de sua utilização, nem mesmo risco à incolumidade das pessoas, o atendimento deverá ocorrer em até 02 (duas) horas do acionamento pelo Tribunal. Verificado o caso nos finais de semana ou feriados ou dentro da última hora do expediente regular, o atendimento será contado a partir do início do expediente do primeiro dia útil subsequente.

c) O término do reparo do equipamento e sua disponibilidade para uso em perfeitas condições de funcionamento não poderá ultrapassar o prazo de 2 (dois) dias úteis contados da obtenção física das peças, o que deve ser devidamente demonstrado. Quando o serviço demandar mais tempo, deverá ser obtida, por escrito, autorização de prorrogação de prazo com a Fiscalização do contrato.

4.4. Os demais prazos de execução dos serviços são os dispostos no Termo de Referência.

CLÁUSULA QUINTA - DO CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO

5.1. As despesas referentes a este contrato serão custeadas por Créditos Orçamentários fixados na Lei Orçamentária Anual para o Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul, **20GP – Julgamento de Causas e Gestão Administrativa, Programa de Trabalho 02.122.0570.20GP.0054, Plano Orçamentário 0001**, conforme detalhamento:

PTRES	AÇÃO	PLANO INTERNO	ND

5.2. As despesas que vierem a ocorrer nos próximos exercícios serão custeadas com recursos previstos na Proposta Orçamentária e serão indicados oportunamente nos autos da contratação.

CLÁUSULA SEXTA-DO PREÇO

6.1. O valor mensal da prestação de serviços é de **R\$ xxxxx**, totalizando o valor global de **R\$ xxxxxx**, conforme detalhamento:

Item	Objeto/equipamento	Qtd.	Unidade	Valor mensal (R\$)	Valor anual (R\$)
01	Manutenção preventiva e corretiva Elevador de Passageiro (Social) - Fórum Eleitoral de Campo Grande	1	unidade		
02	Manutenção preventiva e corretiva no Elevador de carga - Fórum Eleitoral de Campo Grande	1	unidade		
03	Manutenção preventiva e corretiva no Elevador de passageiro (Social) - Fórum Eleitoral de Três Lagoas	1	unidade		
	TOTAL				

6.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO PAGAMENTO

7.1. O prazo para pagamento à CONTRATADA e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no **CAPÍTULO VIII - DA NOTA FISCAL e no CAPÍTULO IX - DO PAGAMENTO** do Termo de Referência.

7.2. O pagamento será efetuado, desde que atendidas todas as condições de serviço previstos neste contrato, no Termo de Referência e que a documentação fiscal esteja válida e com prazo de vigência suficiente para prazo de pagamento:

- a) **CERTIDÃO DE REGULARIDADE DO FGTS (CRF)**, devidamente válida, emitida pela Caixa Econômica Federal, que comprove inexistência de débito perante o FGTS;
- b) **CERTIDÃO CONJUNTA NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS A TRIBUTOS FEDERAIS E A DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (Ministério da Fazenda), na qual deve constar a **abrangência, inclusive das contribuições sociais** previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei no 8.212, de 24 de julho de 1991, que se referem aos débitos previdenciários (INSS), devidamente válida;
- c) **CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS (CNDT)**, devidamente válida, emitida pela Justiça do Trabalho nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho.
- d) **DECLARAÇÃO DE OPÇÃO PELO SIMPLES**, caso a empresa seja optante.

CLÁUSULA OITAVA - DO REAJUSTE E DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO

FINANCEIRO

8.1. Somente o transcurso de 12 (doze) meses poderá ser concedido reajuste de valores e será limitado à aplicação da variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo –IPCA/IBGE.

8.2. A contratada deverá requerer o reajuste, com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA/IBGE ou outro índice oficial que venho substituí-lo, a contar da data de apresentação da proposta ou da data do último reajuste, conforme previsão do § 1º do art. 28 da Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995.

8.3. No caso de prorrogação do contrato, sem que a contratada solicite o reajuste de forma tempestiva, ocorrerá a preclusão do direito ao reajuste em relação ao período referente ao último aniversário da proposta.

8.4. Fica ressalvada a concessão do reajuste após a prorrogação da avença, com efeitos financeiros retroativos, a solicitação de reajuste pela contratada embasada nos itens que seguem:

- a) Quando o índice que servir de base para o reajuste não tiver sido divulgado;
- b) Quando a divulgação do índice for limítrofe à data de vencimento da vigência, vindo a prejudicar a prorrogação contratual;
- c) Na ocorrência de situação em que a contratada, comprovadamente, não tiver dado causa para que a solicitação de reajuste não tenha sido feita no prazo estabelecido ou que haja interesse da contratante.

8.5. Só haverá o reequilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato em caso de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do contrato, ou ainda de força maior, caso fortuito ou fato príncipe.

8.6. Quaisquer tributos ou encargos criados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridos após a data de apresentação da proposta, de comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão a revisão destes para mais ou para menos, conforme o caso.

CLÁUSULA NONA - DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

9.1. Não haverá exigência de garantia de execução para a presente contratação.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA FISCALIZAÇÃO

10.1. As disposições quanto a fiscalização e ao acompanhamento dos serviços estão dispostas no **CAPÍTULO X - DA FISCALIZAÇÃO** do Termo de Referência.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DOS DIREITOS E DEVERES DO CONTRATANTE

11.1. Os direitos e deveres do CONTRATANTE são aquelas previstas no **CAPÍTULO XII - DOS DIREITOS E DEVERES DO TRE/MS** do Termo de Referência.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DOS DIREITOS E DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

12.1. Executar os serviços na forma e prazos determinados neste Contrato e no Termo de Referência.

12.2. Coordenar os serviços de sua equipe de técnicos, dando conhecimento e fazendo cumprir o estabelecido neste Contrato.

12.3. Prestar todas as informações solicitadas pela fiscalização, atendendo prontamente a qualquer dúvida ou necessidade de serviços.

12.4. Atender as solicitações e determinações da Fiscalização, feitas por Ordens de Serviços, bem como fornecer todas as informações e elementos necessários à fiscalização dos serviços.

12.5. Compor sua equipe de técnicos altamente especializados para a execução dos serviços, de forma a garantir o seu desenvolvimento na mais perfeita técnica.

12.6 Providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pela Fiscalização ou pelo Tribunal seja quanto à execução dos serviços, seja quanto à parte burocrática.

12.7. Responsabilizar-se por todas as despesas inerentes aos trabalhos contratados, por todas as despesas decorrentes da execução dos serviços, como por exemplo: equipamentos e pessoal técnico necessário para a realização dos serviços, seguro-acidente, taxas, impostos, contribuições, indenizações, vales-refeição, vale transporte e quaisquer outras sejam as despesas diretas ou indiretas.

12.8. Manter-se, durante todo o prazo de execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

12.9. Responsabilizar-se pela contratação de funcionários necessários à perfeita execução do objeto, cabendo-lhe efetuar o pagamento de salários e arcar com todos os encargos sociais previstos nas leis trabalhistas, previdenciárias, fiscais, entre outras, em decorrência de sua condição de empregadora.

12.10. Assumir a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados no desempenho dos serviços, ou em conexão ou contingência, incluído os eventos em viagens ou traslados para localidades atendidas por este contrato.

12.11. Não subcontratar no todo, o objeto do presente contrato, respondendo a contratada perante a contratante pela execução total do objeto e não haverá qualquer relação entre a contratante e a subcontratada, de modo que, também, pelos atos ou omissões desta, ela é plenamente responsável. A responsabilidade da contratante é plena, legal e contratual.

12.12. Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até 25% do valor inicial atualizado do contrato, de acordo com o §1º, do art. 65, da Lei de Licitações.

12.13. Fornecer uniformes, crachás de identificação, equipamentos de proteção individual e treinamento ao seu corpo de funcionários/técnicos que irão prestar os serviços contratados.

12.13.1. Todos os materiais de segurança individual - EPI (botas, luvas, máscaras, cintos de segurança, cordas, etc.), exigidos pela legislação serão fornecidos pela contratada e sem ônus para a contratante, que diligenciara com vistas ao cumprimento de todas as normas relativas a segurança e medicina do trabalho.

12.13.2. A Contratante poderá paralisar os serviços, enquanto os empregados da contratada não estiverem protegidos. O ônus da paralisação correrá por conta da

contratada.

12.14. A contratada deverá apresentador à fiscalização relatórios em todas as intervenções que necessitem de manutenção, com detalhamento dos serviços executados, bem como relatórios mensais que contenham informações sobre os serviços executados, estudos, levantamentos e medições realizados, análise de ocorrências excepcionais e eventuais sugestões com vistas a maximizar a eficiência e confiabilidade dos sistemas.

12.15. A contratada disponibilizará a fiscalização LIVRO DE OCORRÊNCIAS onde serão anotadas, pelo responsável pela conservação, as datas de suas realizações, os defeitos constatados, as peças substituídas e os serviços realizados, bem como anotações de vistorias realizadas pelos órgãos competentes.

12.16. Atender, independente de dia ou hora, aos chamados telefônicos, fornecendo telefone para contato (24h).

12.17. Fornecer todas as ferramentas e equipamentos indispensáveis à realização das manutenções, bem como mão-de-obra especializada.

12.18. Oferecer garantia de 3 (três) meses para os serviços prestados e a mesma garantia oferecida pelo fabricante para peças e componentes substituídos.

12.19. Prestar assistência técnica, durante o prazo de garantia dos serviços executados e das peças e acessórios substituídos.

12.20. Instalar os componentes e peças, que deverão ser novas (1º uso), devidamente testados e funcionando, não se admitindo o emprego de qualquer peça recondicionada.

12.21. Manter quadro de pessoal técnico qualificado para a realização dos serviços, devidamente uniformizados, com crachá de identificação da empresa e com os devidos equipamentos de higiene e segurança do trabalho.

12.22. Registrar no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia o contrato proveniente deste certame assim como a devida Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) pelos serviços contratados, em nome de engenheiro/técnico devidamente qualificado para esse fim, pertencente ao seu quadro técnico permanente, devendo os comprovantes serem apresentados à fiscalização quando solicitado.

12.23. Apresentar um ou mais atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, devidamente registrados no CREA, que comprovem que a empresa possui aptidão para desempenhar atividade pertinente e compatível com este objeto.

12.24. Não substituir ou alterar peças do equipamento sem a autorização expressa do TRE-MS;

12.25. Responder por quaisquer danos pessoais ou materiais causados por seus empregados nos locais de execução dos serviços, bem como àqueles provocados em virtude dos serviços executados e da inadequação de materiais e equipamentos empregados.

12.26. Apresentar, juntamente com a fatura mensal, relatório descritivo da manutenção preventiva realizada.

12.27. Prestar suficiente treinamento aos funcionários da CONTRATANTE, expressamente designados para esse fim, de forma a possibilitar sua ação em casos que exijam rápida intervenção para o desligamento dos elevadores, por questões de SEGURANÇA e em casos de EMERGÊNCIA.

12.28. Realizar mensalmente a manutenção preventiva descrita neste projeto, agendando previamente junto à Coordenadoria de Engenharia, através do telefone (67) 2107-7196, para os serviços nos elevadores localizados em Campo Grande/MS e junto ao Cartório Eleitoral de Três Lagoas, através do telefone: (67) 3521-5364 ou (67) 3522-1076.

12.29. Em vista da implementação de sistema informatizado de procedimentos

administrativos neste TRE/MS, denominado SEI - Sistema Eletrônico de Informações, a contratada deverá efetuar o cadastro no referido sistema para acesso as informações acerca do contrato e para assinatura eletrônica de documentos que serão necessárias à formalização da contratação;

12.30. Considerando a previsão de encaminhamento de mensagens eletrônicas através do SEI – Sistema Eletrônico de Informações, a contratada deverá informar pelo menos 1 (uma) conta de e-mail válida, ficando a contratada obrigada a acessar diariamente o e-mail, acusando expressamente o recebimento da mensagem, no prazo máximo de 1 (um) dia útil da data da comunicação expedida. Caso não haja recebimento expresso, o teor da mensagem será considerado lido após o decurso do prazo descrito.

12.31. Com vistas à preservação e cumprimento das questões de ética e conduta previstas em normativos vigentes, os funcionários da empresa contratada, no cumprimento das atividades deste contrato, devem seguir as diretrizes do Código de Ética do TRE/MS - [Resolução n. 690](#), de 1 de junho de 2020.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1. Em caso de descumprimento de cláusulas deste Contrato e Termo de Referência, será instaurado processo administrativo para apuração da responsabilidade, no qual a contratada será imediatamente notificada, preferencialmente por meio eletrônico, para apresentar Defesa Prévia, contendo justificativa e documentação probatória, se houver, sob pena da aplicação das sanções cabíveis, garantido o contraditório e a ampla defesa, no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

13.1.1. A CONTRATADA deverá confirmar expressamente o recebimento da notificação, considerando-se totalmente ciente do teor da comunicação após o prazo de 1 (um) dia útil da data de envio da correspondência eletrônica.

13.2. Será aplicada ADVERTÊNCIA nos casos literalmente indicados no contrato, e nos casos de incorreções de menor gravidade, assim analisados pelo Contratante, tais como:

- a) quando não houver atendimento imediato às Ordens de Serviços procedentes da constatação de defeitos ou incorreções dos serviços prestados;
- b) sempre que for verificada alguma falha de pequeno porte, assim entendida pela fiscalização do contrato, e não disciplinada de forma diversa neste termo contratual.

13.3. Será aplicada MULTA:

- a) de 1% (um por cento) por dia de atraso, no início ou na conclusão dos serviços contratados, sobre o valor total do item do contrato, limitada a sua aplicação a 10 (dez) dias consecutivos. Após o décimo dia, a multa diária passará a 2% (dois por cento) por dia, sobre o valor total do contrato e a Administração poderá, a qualquer momento, entender caracterizada a inexecução total do contrato, passível de rescisão; não sendo o caso de rescisão, a multa será aplicada até o efetivo início dos serviços;
- b) de 2% (dois por cento) sobre o valor total do contrato, após a 2ª penalidade da mesma natureza, passando a multa a ser de 3% após a terceira situação de penalidade da mesma natureza;
- c) de 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato, por ocorrência, no caso de

desatendimento de demais cláusulas contratuais ou do Termo de Referência, ou de ordens da fiscalização;

d) de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, caso a contratada deixar de assinar qualquer termo de alteração ou aditivo que seja considerado obrigatório, na forma prevista em lei;

e) de 30% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, se a contratada se negar a executar os serviços solicitados sem motivo consistente devidamente apurado pelo Tribunal, ou, se por falhas sucessivas ou por total descumprimento das condições deste Contrato, levar a Contratante à rescisão do contrato, sendo cumulada com as demais multas aplicadas anteriormente.

13.3.1. O CONTRATANTE poderá efetuar a retenção do valor da multa moratória presumida, até o limite de 20% (vinte por cento), dos pagamentos devidos à contratada.

13.3.1.1. A retenção perdurará até a finalização do procedimento administrativo instaurado para a apuração das falhas contratuais, e o valor será restituído à contratada, em caso de não aplicação da penalidade de multa.

13.3.1.2. Caso o valor da multa aplicada extrapolar o valor retido, serão adotadas as providências previstas nos subitens 13.3.2 e 13.3.3 abaixo;

13.3.2. Aplicada a penalidade, a CONTRATADA será notificada para recolher o valor da multa, por meio de GRU, no prazo de 15 (quinze) dias corridos, contados do recebimento da notificação;

13.3.3. Caso não haja recolhimento, a multa :

a) poderá ser compensada por créditos da contratada relativos ao mesmo contrato;

b) poderá ser descontada do valor da garantia, quando houver, caso não houver créditos ou se estes forem insuficientes para cobrir o valor total da multa;

c) poderá ser encaminhada para inscrição em Dívida Ativa da União, após esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela CONTRATADA.

13.3.4. Caso o valor da garantia seja utilizado no todo ou em parte para o pagamento da multa, esta deve ser complementada no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contado da notificação do CONTRATANTE.

13.3.5. A penalidade de multa poderá ser aplicada cumulativamente às demais sanções previstas nesta cláusula.

13.4. Será aplicada a penalidade de **IMPEDIMENTO DE CONTRATAR** com a União, por prazo não superior a 5 (cinco) anos, sem prejuízo da multa:

a) convocados, dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato;

b) deixar de entregar documentação exigida para o certame ou apresentar documentação falsa;

c) não mantiver a proposta no certame licitatório;

- d) comportar-se de modo inidôneo durante o procedimento licitatório ou na fase de execução contratual;
- e) ensejar o retardamento do objeto contratado;
- f) cometer fraude fiscal;
- g) falhar, ou fraudar, na execução do contrato.

13.5. Na aplicação das sanções, serão consideradas a gravidade da conduta praticada, a intensidade do dano provocado, a reincidência e o caráter educativo da pena, segundo os critérios de razoabilidade e proporcionalidade.

13.5.1. Em caso de reincidência, a multa poderá ser majorada até o dobro.

13.5.2. Para determinar a reincidência, serão considerados os antecedentes da contratada nos últimos cinco anos, contados da primeira decisão administrativa definitiva de aplicação de penalidade perante o CONTRATANTE.

13.6. Da aplicação das sanções de multa e impedimento caberá recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da intimação do ato, à autoridade superior do TRE/MS.

13.7. As penalidades serão registradas no Sistema de Cadastramento de Fornecedores — SICAF, bem como em cadastro interno de inadimplentes para fins de aplicação do subitem 13.5.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA RESCISÃO E DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

14.1. A rescisão do presente Contrato ocorrerá nos casos previstos nesta avença e no Termo de Referência, bem como nos casos previstos em lei e devidamente justificados, assegurados o contraditório e a ampla defesa, obedecendo, entre outras, principalmente às disposições do art. 77, 78, 79 e 80 da Lei 8.666/93, independente de sua transcrição, sendo inescusável a alegação de desconhecimento.

14.2. A rescisão do Contrato poderá ser:

- a) Unilateral** e por ato escrito da Administração deste Tribunal, sem a incidência de qualquer ônus e sem prejuízo das parcelas devidas, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei nº 8.666/93, notificando-se a contratada nos termos do artigo 109, “I”, letra “e”, da Lei nº 8.666/93;
- b) Unilateral**, mediante comunicação prévia de 30 (trinta) dias, sem a incidência de qualquer ônus e sem prejuízo das parcelas devidas, reduzida a termo no Processo Administrativo nos termos da Lei nº 8.666/93;
- c) Amigável**, por interesse comum das partes, desde que haja conveniência para a Administração;
- c) Judicial**, nos termos da legislação vigente.

14.3. A rescisão administrativa ou amigável será precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

14.4. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, ficando assegurado o contraditório e a ampla defesa.

14.5. O presente Contrato poderá ser alterado na ocorrência de qualquer das hipóteses previstas no art. 65, da Lei n. 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DOS FUNDAMENTOS

14.1. Reger-se-á este Contrato pelas convenções aqui estabelecidas, pelas disposições contidas na Lei n. 10.520/2002, Decreto nº 10.024/2019, Instrução Normativa n.º 05/2017 - SLTI/MOPG, Resolução TRE/MS nº 665/2019 e pelo Termo de Referência e demais anexos a este Contrato, e pela proposta da Contratada (no que não conflitar com os demais documentos desta contratação), que fazem parte integrante deste instrumento, independente de transcrição.

14.2. Aplica-se ao presente Contrato, assim como aos casos omissos, a Lei n. 8.666/93 e suas alterações, e a legislação vigente própria e/ou específica ao objeto deste Contrato, no que não conflitar com a supremacia do interesse público, que é característica de todo contrato pactuado pela Administração Pública.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA PUBLICAÇÃO

15.1 .Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial da União, no prazo previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA -DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

16.1. Em vista da implementação de sistema informatizado de procedimentos administrativos neste TRE/MS, denominado SEI - Sistema Eletrônico de Informações, a contratada deverá efetuar o cadastro no referido sistema para acesso as informações acerca do contrato e para assinatura eletrônica de documentos que serão necessárias à formalização da contratação.

16.2. Considerando a previsão de encaminhamento de mensagens eletrônicas através do SEI – Sistema Eletrônico de Informações, a contratada deverá informar pelo menos 1 (uma) conta de e-mail válida, ficando a contratada obrigada a acessar diariamente o e-mail, acusando expressamente o recebimento da mensagem, no prazo máximo de 1 (um) dia útil da data da comunicação expedida. Caso não haja recebimento expresse, o teor da mensagem será considerado lido após o decurso do prazo descrito.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DO FORO

17.1. É competente o foro da Justiça Federal, em Campo Grande – MS, para dirimir as questões oriundas do presente Contrato, renunciando as partes a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E assim, por terem convencionado, aceito e declarado, as partes assinam este termo, para os devidos efeitos legais.

Campo Grande, xx de xxx de 2021.

Hardy Waldschmidt
Diretor-Geral do TRE/MS

XXXXXXXXXXXXX
Representante legal da empresa
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX



Documento assinado eletronicamente por **RENATA CLOTILDE ZANDA BODSTEIN, Chefe de Seção**, em 05/08/2021, às 15:11, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.tre-ms.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1066659** e o código CRC **6838629A**.

0003448-63.2021.6.12.8000

1066659v9